

**REQUERIMENTO** Número / ( .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA** Número / ( .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Plano de Recuperação e Resiliência prevê, para os Açores, 697 milhões de euros, dos quais 580 milhões são geridos diretamente pelo Governo Regional e 117 milhões pelo Governo da República. Estes 117 milhões de euros estão incluídos nas chamadas Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial, que visam *“consolidar e expandir sinergias entre o tecido empresarial e o sistema científico e tecnológico em Portugal, contribuindo para o incremento da competitividade e resiliência da economia portuguesa, com base em I&D, na inovação e na diversificação e especialização da estrutura produtiva”*.

Não sendo novidade as dúvidas que por vezes surgem sobre a aplicação de fundos comunitários, o que tem sido publicado nos últimos dias sobre a forma de utilização destes 117 milhões de euros do PRR destinados à região autónoma dos Açores revela situações que não são aceitáveis em democracia, de uma falta de transparência inaceitável.

O que se sabe publicamente é o seguinte:

- A divulgação publicada abertura de candidaturas, a ter existido, terá sido muitíssimo limitada, como atestado por vários empresários da região que nunca tomaram conhecimento das mesmas;
- Foi escolhida pelo governo regional uma consultora para selecionar as empresas que lideram e participam nos consórcios destes projetos, desconhecendo-se o critério para essa escolha nem o seu enquadramento legal;
- Uma das empresas líder dos consórcios – PRNICOL – diz que foi escolhida pelo governo, o que denota uma falta de práticas de transparência e rigor;
- Sendo este, supostamente, um processo aberto e concorrencial criado pelo governo da república com vista a escolher os melhores projetos, o governo regional poderá ter subvertido a lógica beneficiando um conjunto de empresas escolhidas a dedo e patrocina projetos, integrando-os enquanto co-promotor;

Acresce a tudo isto que há um aparente conflito de interesses em alguns dos projetos

vocacionados para o turismo, ou a escolha de empresas como a COFACO, que irá receber 6.6 milhões de euros depois de ter despedido 160 trabalhadores da ilha do Pico.

Ora, estamos perante um processo pouco transparente e que levanta muitas dúvidas sobre a sua sustentação legal na forma como decorreu. Recordamos, aliás, que o Governo alterou normas de contratação pública para responder ao PRR, sendo que o Bloco de Esquerda alertou desde o início para os perigos que advinham da proposta de lei do governo, que acabaria aprovada, ao arrepio até das opiniões do Tribunal de Contas e outras entidades.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Planeamento, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Ministério do Planeamento conhecimento deste processo?
2. Quantas e quais as candidaturas de consórcios de empresas da Região Autónoma dos Açores que concorreram Às Agendas Mobilizadoras para a Inovação Industrial?
3. De que forma foi divulgado o aviso de abertura das referidas candidaturas?
4. Considera o Governo que se garantiu a necessária transparência, publicidade e igualdade de oportunidade no acesso a estes fundos?
5. Está disponível o Governo para reabrir candidaturas para este processo, caso se considerem não terem sido dadas garantias de cumprimento da legalidade e dever de transparência e publicidade no decorrer do processo?

Palácio de São Bento, 19 de outubro de 2021

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)